



NOTA TÉCNICA CT Nº 03/2012

REAJUSTE DAS TARIFAS DE EMBARQUE DOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS CONCEDIDOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO - 2012

Recife, 25 de janeiro de 2012

SUMÁRIO

- 1. OBJETIVO**
- 2. INTRODUÇÃO**
- 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
- 4. SOLICITAÇÃO DE REAJUSTE TARIFÁRIO PARA 2012**
- 5. ANÁLISE DA ARPE**
- 6. CONCLUSÃO**

1. OBJETIVO

Esta Nota Técnica tem por objetivo apresentar a análise da solicitação encaminhada pela Empresa Pernambucana de Transporte Coletivo Intermunicipal (EPTI), mediante o **Ofício nº 005/2012/DP – EPTI**, de 24 de janeiro de 2012, que gerou o **Processo ARPE nº 7200033-6/2012, de 25 de janeiro de 2012**, para reajuste das Tarifas de Embarque de 12 (doze) Terminais Rodoviários concedidos à Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. (SOCICAM).

2. INTRODUÇÃO

O Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco - SITP/PE foi reestruturado pela Lei Estadual nº 13.254, de 21 de junho de 2007, que também autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Coletivo Intermunicipal - EPTI, atuando como órgão gestor do SITP/PE, inclusive dos Terminais Rodoviários que fazem parte do SITP/PE.

Em 2008, o Estado de Pernambuco, representado pela Secretaria de Transportes (SETRA) realizou Concorrência Pública para outorgar a concessão dos seguintes Terminais Rodoviários:

- a) Terminal Rodoviário de Recife - TIP;
- b) Terminal Rodoviário de Caruaru;
- c) Terminal Rodoviário de Petrolina;
- d) Terminal Rodoviário de Garanhuns;
- e) Terminal Rodoviário de Gravata;
- f) Terminal Rodoviário de Palmares;
- g) Terminal Rodoviário de Salgueiro;
- h) Terminal Rodoviário de Serra Talhada;
- i) Terminal Rodoviário de Limoeiro;
- j) Terminal Rodoviário de Araripina;
- k) Terminal Rodoviário de Petrolândia; e
- l) Terminal Rodoviário de Arcoverde.

O último procedimento tarifário para esses Terminais Rodoviários, analisado e homologado pela ARPE, aconteceu em outubro de 2009, ocasião em que foi realizado um realinhamento das tarifas, conforme Resolução ARPE nº 010/2009, de 29/10/2009, com vigência a partir de 1º de novembro de 2009.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- **Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal.

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

(...)

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato.

- **Decreto Estadual nº 22.616, de 05 de setembro de 2000**, que modifica e aprova o Regulamento dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte de Passageiros do Estado de Pernambuco.
- **Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003**, que altera e consolida as disposições da Lei nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000, que criou a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.

Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados, embora sujeitos à delegação, quer de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual.

Art. 4º Compete ainda à ARPE:

I - fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas.

- **Lei Estadual nº 12.813, de 19 de maio de 2005**, que estabelece normas e procedimentos para política tarifária dos serviços delegados pelo Estado de Pernambuco.
- **Lei Estadual nº 13.254, de 21 de junho de 2007**, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco e autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI.

Art. 9º Os Terminais Rodoviários, como parte do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros, são um serviço público e poderão ser explorados diretamente pelo Estado ou mediante concessão.

Parágrafo único. Os Terminais Rodoviários podem ser objeto de contratos de arrendamento e locação de áreas e pontos comerciais, ou ainda ser cedidos, mediante convênio, aos Municípios em cujo território estão instalados.

- **Decreto Estadual nº 36.372, de 05 de abril de 2011**, que aprova o Estatuto da Empresa Pernambucana de Transporte Coletivo Intermunicipal - EPTI.

Art. 6º A EPTI exercerá os poderes outorgados pelo Governo do Estado, com a finalidade de implantar a Política de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros, competindo-lhe:

(...)

IV - propor e executar a política tarifária do STIP;

V - construir, administrar e explorar os Terminais Rodoviários do Estado, inclusive o estacionamento de veículos nas áreas dos Terminais e zonas contíguas, podendo celebrar contratos de arrendamento e locação de áreas e pontos comerciais nos referidos Terminais, bem como cedê-los aos Municípios em cujo território estejam instalados, ou ainda concedê-los à iniciativa privada, mediante processo licitatório;

- **Contrato de Concessão registrado sob o nº 100, no Livro de Contratos Administrativos folha 88v, de 19 de setembro de 2008**, celebrado entre o Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Transportes – SETRA e a SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda.

4. SOLICITAÇÃO DE REAJUSTE TARIFÁRIO PARA 2012

A SOCICAM encaminhou solicitação de reajuste tarifário à SETRA/EPTI, mediante Carta PER/RCF/SETRA nº 001/12, de 23 de janeiro de 2012, propondo, de acordo com o artigo 19.1 do Contrato de Concessão e o parágrafo segundo do artigo 1º da Resolução ARPE nº 007, de 7 de abril de 2008, que as tarifas de embarque dos terminais administrados pela SOCICAM fossem reajustadas em **14,9912%**, de conformidade com a Resolução ARPE nº 001/12, de 20 de janeiro de 2012.

Assim, as tarifas por características de embarque passariam a ser de:

DESCRIÇÃO	VALOR
Linhas Intermunicipais com até 50,0 Km	R\$ 0,34
Linhas Intermunicipais de 51,0 a 100,0 Km	R\$ 0,63
Linhas Intermunicipais de 101,0 a 200,0 Km	R\$ 1,61
Linhas Intermunicipais acima de 201,0 Km	R\$ 4,08
Linhas Interestaduais	R\$ 4,08

O citado Ofício da EPTI (005/2012/DP – EPTI) solicita, por sua vez, definição da ARPE quanto às novas tarifas de embarque a serem aplicadas no transporte coletivo rodoviário intermunicipal.

5. ANÁLISE DA ARPE

A ARPE analisou a proposta da SOCICAM e, com base no último realinhamento tarifário, registrado na Resolução ARPE nº 010/2009, recalculou o valor identificado do IPCA/IBGE, acumulado para o novo período considerado, qual seja 01/11/2009 a 31/12/2011.

Dessa forma, o cálculo final do índice com a atualização do período considerado, resultou no percentual de reajuste de **13,6780% (treze inteiros e seis mil setecentos e oitenta décimos de milésimos por cento)**, conforme demonstrado no Anexo A desta Nota Técnica.

Destaque-se que as tarifas utilizadas nos Terminais Rodoviários estão associadas às distâncias a serem percorridas conforme destino do passageiro, independente se a linha utilizada tem outro destino final (v. parágrafo 3º do art. 1º da Resolução ARPE nº 004/2009, de 28/01/2009).

Considerando, ainda, a suspensão da emissão da moeda de 1 (um) centavo, além do que convencionalmente vem sendo praticado nos reajustes homologados pela ARPE, os valores das tarifas de embarque, foram arredondados em numeral monetário múltiplo de 5 (cinco) centavos.

Após a aplicação do percentual de reajuste e devidos arredondamentos as tarifas de embarque obtidas estão apresentadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Demonstrativo do Cálculo das Tarifas de Embarque

CARACTERÍSTICAS DO EMBARQUE	TARIFAS DE EMBARQUE		
	ATUAIS	EXATAS REAJUSTADAS (13,6780%)	ARREDONDADAS
Intermunicipais com até 50,0 Km	R\$ 0,30	R\$ 0,3410	R\$ 0,35
Intermunicipais de 51,0 a 100,0 Km	R\$ 0,55	R\$ 0,6252	R\$ 0,65
Intermunicipais de 101,0 a 200,0 Km	R\$ 1,40	R\$ 1,5915	R\$ 1,60
Intermunicipais acima de 201,0 Km	R\$ 3,55	R\$ 4,0356	R\$ 4,05
Interestaduais	R\$ 3,55	R\$ 4,0356	R\$ 4,05

A ARPE, em função dos arredondamentos realizados, aplicará dispositivos de compensação nos próximos procedimentos tarifários, visando, continuamente, contrabalançar esses efeitos. Por este motivo, a tarifa exata para cada característica de embarque, servirá sempre de base de referência para o procedimento de Revisão ou Reajuste Tarifário seguinte, como mecanismo compensatório para o setor.

6. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Coordenadoria reconhece a necessidade de reajuste tarifário, buscando o equilíbrio econômico-financeiro dos Serviços de Operação, Manutenção e Administração dos Terminais Rodoviários concedidos pelo Estado de Pernambuco mediante a aplicação do índice de **13,6780% (treze inteiros e seis mil setecentos e oitenta décimos de milésimos por cento)**, com base na variação do IPCA/IBGE do período de 1 de novembro de 2009 a 31 de dezembro de 2011, que deverão vigorar conforme decisão da Diretoria Colegiada da ARPE.

Recife, 25 de janeiro de 2012.

Maria Ângela Albuquerque de Freitas

Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros

Andréa Campos Barbosa

Técnica Reguladora

Matrícula 161-9

Ciente e de acordo.

Hélio Lopes Carvalho

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

ANEXO A

IPCA ACUMULADO PERÍODO - 01/11/09 a 31/12/11

Mês/Ano	Valor Mês (%)	Valor Acumulado (%)
nov/09	0,41	-
dez/09	0,37	0,7815
jan/10	0,75	1,5374
fev/10	0,78	2,3294
mar/10	0,52	2,8615
abr/10	0,57	3,4478
mai/10	0,43	3,8926
jun/10	0,00	3,8926
jul/10	0,01	3,9030
ago/10	0,04	3,9446
set/10	0,45	4,4123
out/10	0,75	5,1954
nov/10	0,83	6,0685
dez/10	0,63	6,7368
jan/11	0,83	7,6227
fev/11	0,80	8,4837
mar/11	0,79	9,3407
abr/11	0,77	10,1826
mai/11	0,47	10,7005
jun/11	0,15	10,8665
jul/11	0,16	11,0439
ago/11	0,37	11,4548
set/11	0,53	12,0455
out/11	0,43	12,5273
nov/11	0,52	13,1124
dez/11	0,50	13,6780